



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI**

**Palmas – TO**  
**Junho 2004**

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| TÍTULO I – Introdução .....                          | 03 |
| CAPÍTULO I – Da Composição .....                     | 03 |
| CAPÍTULO II – Da Tramitação dos Processos .....      | 06 |
| CAPÍTULO III – Do Funcionamento do Conselho .....    | 06 |
| SEÇÃO I – Da Convocação e Instalação da Sessão ..... | 06 |
| SEÇÃO II – Da Sessão do Conselho Universitário ..... | 07 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO Nº 003/2004**

Cria o Regimento Interno do Conselho  
Universitário da Fundação Universidade  
Federal do Tocantins – UFT

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

**TÍTULO I**

**Introdução**

**Art. 1º** – O presente Regimento disciplina os aspectos de organização e funcionamento do Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

**Art. 2º** – O Conselho Universitário é o órgão máximo da Universidade para traçar a política geral universitária e funciona como instância de recurso.

**CAPÍTULO I**

**Da Composição**

**Art. 3º** – O Conselho Universitário compõe-se:

I - do Reitor, como seu Presidente;

II - do Vice-Reitor;

III - dos Pró-Reitores;

IV - dos Coordenadores de *Campus*;

V - de dois representantes da Categoria Docente, eleitos na forma indicada pelo Parágrafo 3º do Art. 12 do Estatuto da UFT;

VI - de dois representantes da Categoria dos Servidores Técnico-Administrativos, eleitos na forma indicada pelo parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto da UFT;

VII - de dois representantes da Categoria Discente, eleitos na forma indicada pelo parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto da UFT.

**Parágrafo Único** – Os mandatos previstos nos incisos V, VI e VII, terão a

duração de 2 (dois) anos, na forma do Parágrafo 2º do Art. 12 do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

**Art. 4º – Compete ao Conselho Universitário:**

I - exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a jurisdição superior da Universidade, em matéria que não seja da competência privativa do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, mediante o delineamento da política geral universitária, a partir do qual serão elaborados planos e projetos setoriais pelos órgãos competentes;

II - aprovar as modificações do Estatuto e do Regimento Geral, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em matéria da competência deste;

III – julgar, como instância revisora, os recursos de decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV - elaborar, aprovar e modificar o seu próprio Regimento;

V - aprovar o regimento dos *Campi* ou suas modificações, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

VI - aprovar a proposta orçamentária e o orçamento analítico da Universidade;

VII - aprovar os regimentos dos órgãos suplementares e da Reitoria;

VIII - organizar, por voto uninominal, em 3 (três) escrutínios secretos, a lista tríplice para nomeação do Reitor e Vice-Reitor, respectivamente, pelo Presidente da República, observando o disposto no artigo 65 do Estatuto Geral e no inciso VI do Art. 4º do Regimento Geral da UFT;

IX - deliberar sobre a concessão de diplomas honoríficos e medalhas de mérito, na forma dos incisos XII e XVI do artigo 4º do Regimento Geral da UFT;

X - instruir, com parecer conclusivo, recursos dirigidos ao Conselho Nacional de Educação;

XI - deliberar sobre providências preventivas e corretivas de atos de indisciplina;

XII - deliberar sobre a criação, a suspensão ou a extinção de cursos, propostos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIII - apreciar, em grau de recurso, penalidades impostas pelos *Campi*;

XIV - autorizar convênios com instituições de direito público ou privado;

XV - aprovar o quadro de pessoal temporário, ouvida a Comissão de Administração e Finanças;

XVI - fixar tabelas de taxas e emolumentos;

XVII - apreciar recursos contra deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE;

XVIII - propor ao Ministério da Educação a criação de novos *Campi*, bem como a extinção destes ou de outros já existentes;

XIX - deliberar sobre qualquer matéria omissa no Estatuto, que não seja da competência exclusiva do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

XX - desempenhar outras atribuições conferidas pelo Regimento Geral;

XXI - deliberar, em parecer fundamentado, diretamente ou quando solicitado pelo Conselho Diretor do *Campus*, a destituição do Coordenador de *Campus*.

**Parágrafo Único** – Em casos muito especiais, caberá ao Conselho Universitário propor ao Ministério da Educação, pelo voto mínimo de 2/3 (dois terços) de seus componentes, em parecer fundamentado, a destituição do Reitor, antes de findo o período do seu mandato.

**Art. 5º** – O Conselho Universitário é composto dos seguintes órgãos permanentes:

- I - Plenário e
- II - Comissões Técnicas.

**Art. 6º** – O Plenário é a reunião dos conselheiros na forma prescrita por este Regimento, investido dos poderes e atribuições conferidos pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, pela Legislação do Ensino Superior e pela Constituição Federal.

**Art. 7º** – As Comissões Técnicas são órgãos auxiliares que têm a função de coletar, preparar e elaborar os elementos e dados informativos, indispensáveis às deliberações do Conselho Universitário.

**Art. 8º** – São Comissões Técnicas do Conselho Universitário:

- I – Comissão de Legislação e Normas;
- II – Comissão para Assuntos Estudantis;
- III – Comissão de Integração Comunitária;
- IV – Comissão de Administração e Finanças.

**§1º** – Compete à Comissão de Legislação e Normas pronunciar-se sobre os aspectos jurídicos dos processos que lhe forem distribuídos, bem como responder a consultas da mesma natureza que lhe forem formuladas pelas Comissões Técnicas ou pelos membros do Conselho Universitário em assuntos a este pertinentes.

**§2º** – Os processos que envolverem aspectos relativos à integração comunitária, assuntos estudantis e administração e finanças, serão analisados, *a priori*, pelas comissões próprias, que poderão solicitar o pronunciamento da Comissão de Legislação e Normas, na forma do parágrafo anterior.

**Art. 9º** – As Comissões Técnicas serão integradas por 03 (três) conselheiros, de forma que, no seu funcionamento, existam um Presidente, um Relator e um Vogal.

**Art. 10** – Os membros de cada Comissão do Conselho Universitário serão designados pelo Reitor no início de cada ano.

**Parágrafo Único** – O Pró-Reitor de Graduação, o Pró-Reitor de Administração e Finanças, um representante da Categoria Docente e um representante da Categoria Discente, serão membros, respectivamente, da Comissão de Legislação e Normas, da Comissão de Administração e Finanças, da Comissão de Integração Comunitária e da Comissão de Assuntos Estudantis.

**Art. 11** – As Comissões Técnicas, a fim de corretamente desempenharem suas funções, poderão convocar qualquer funcionário da Reitoria, do Quadro Técnico-Administrativo da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT ou dos *Campi*.

**Art. 12** – O Secretário dos Órgãos Colegiados Superiores designará os funcionários que deverão servir como secretários das Comissões Técnicas, que serão encarregados do seu expediente, material e trabalhos administrativos.

**Art. 13** – As Comissões Técnicas decidirão sobre o modo de funcionamento interno do órgão, segundo o critério do máximo rendimento dentro do mínimo de tempo.

**Art. 14** – O Conselho Universitário poderá criar comissões especiais sempre que o exigir a investigação ou solução de fato ou assunto determinado.

## CAPÍTULO II

### Da Tramitação dos Processos

**Art. 15** – Os pedidos, pretensões ou requerimentos endereçados ao Conselho Universitário, ou que abranjam matéria da sua competência, deverão receber a forma de processo.

§1º – O Reitor fará o despacho inicial e distribuirá o processo às Comissões Técnicas do Conselho uma vez verificada a atinência do mesmo com as matérias de alçada das comissões.

§2º – Com os pareceres das Comissões Técnicas, o Reitor incluirá o processo na ordem do dia da primeira sessão seguinte, juntamente com as demais matérias a serem submetidas ao Conselho Universitário.

**Art. 16** – Os pareceres, sempre que possível, terão redação livre, sendo, porém, objetivos e conclusivos.

**Art. 17** – A autuação, as certidões e as atas de procedimento ficarão a cargo do Secretário dos Órgãos Colegiados Superiores.

**Art. 18** – Cada Comissão Técnica terá com um prazo não superior a 07 (sete) dias para a elaboração do parecer, salvo prorrogação concedida pelo Reitor, atendida a complexidade do assunto e consideradas as dificuldades da instrução.

## CAPÍTULO III

### Do Funcionamento do Conselho

#### SEÇÃO I

#### Da Convocação e Instalação da Sessão

**Art. 19** – O Conselho Universitário será convocado e presidido pelo Reitor.

§1º – Nas faltas e impedimentos do Reitor, o Colegiado será convocado e presidido pelo Vice-Reitor.

§2º – Nas faltas e impedimentos de ambos, a presidência recairá sucessivamente nas pessoas do Pró-Reitor de Graduação, do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, do Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e do Pró-Reitor de Administração e Finanças ou do membro mais antigo no Magistério Superior da Universidade, presente à reunião.

**Art. 20** – Para a abertura da sessão haverá necessidade da presença da maioria simples dos membros do Conselho Universitário.

**Parágrafo Único** – As decisões a que se referem os incisos III, IV, VII, XIV e XV do artigo 4º do Regimento Geral dependerão do voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Universitário.

**Art. 21** – As deliberações do Conselho Universitário dar-se-ão por maioria simples dos votos dos membros presentes segundo o livro de presenças, excetuando-se a hipótese prevista no Parágrafo Único do artigo 4º do Regimento Geral, bem como do Parágrafo Único do artigo 4º deste Regimento.

**Art. 22** – O Secretário do Conselho Universitário será o Secretário dos Órgãos Colegiados Superiores da UFT, exigindo-se, para o desempenho dessa função, a diplomação em curso superior.

**Art. 23** – O Conselho Universitário deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Reitor ou a requerimento da maioria absoluta dos seus membros.

**§1º** – As sessões serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo urgência, através de notificação escrita, da qual constará a pauta da sessão.

**§2º** – Encaminhado o requerimento a que se refere o *caput* do presente artigo *in fine*, deverá o Reitor convocar a reunião solicitada no prazo de 08 (oito) dias, a partir da data em que foi protocolado o petítório.

**Art. 24** – Será obrigatório, tendo prioridade em relação a qualquer outra atividade universitária, o comparecimento à reunião do Conselho Universitário.

## SEÇÃO II

### Da Sessão do Conselho Universitário

**Art. 25** – Na hora regimental, verificada a presença dos conselheiros em número legal, o Reitor declarará abertos os trabalhos da sessão.

**Art. 26** – A seguir, determinará ao Secretário da Sessão a leitura da ordem do dia.

**Art. 27** – A seqüência dos trabalhos será a seguinte:

- I - apreciação e aprovação da ata da sessão anterior;
- II - comunicação do expediente;
- III - discussão e votação da matéria constante da ordem do dia;
- IV - apreciação de moções, propostas ou requerimentos supervenientes;
- V - explicações pessoais.

**Art. 28** – A ata da sessão será elaborada pelo Secretário dos Órgãos Colegiados Superiores, que a assinará em conjunto com o Reitor, este como Presidente do Conselho Universitário, e conselheiros presentes à sessão que a aprovar, inclusive no caso de falta de quórum, dela constando os nomes dos membros que compareceram.

**Art. 29** – Qualquer manifestação despertada pelo conhecimento do expediente deverá assumir a forma de proposta, moção ou mediante requerimento escrito, os quais serão apreciados depois de esgotada a ordem do dia.

**Art. 30** – A ordem do dia será discutida e votada item por item, sucessivamente.

**Art. 31** – O Conselho Universitário poderá decidir a inversão da ordem do dia ou a alteração da escala dos seus itens, conforme as necessidades do momento.

**Art. 32** - As moções, propostas e requerimentos, a fim de melhorar o rendimento da sessão, adotarão estilo preciso e conciso.

**Art. 33** – Nas explicações pessoais o Conselheiro poderá manifestar-se sobre qualquer tema de seu interesse individual, guardados o decoro e as normas da convivência cordial.

**Art. 34** – O período de duração das sessões será de 03 (três) horas, a partir das 08:30 horas, admitindo-se sua prorrogação, em caráter excepcional, a critério dos conselheiros, por tempo não excedente a 30 (trinta) minutos.

**Parágrafo Único** - Quando não esgotados os assuntos em pauta, a sessão prosseguirá, automaticamente, no período seguinte, a partir das 14:30 horas, no mesmo local, independentemente de nova convocação.

**Art. 35** – O processo submetido às Comissões Técnicas, quando colocado em julgamento, será apresentado pelo relator que funcionou na Comissão.

§1º – O relator disporá do prazo de 15 (quinze) minutos prorrogáveis por proposta do Presidente do Conselho, aprovada pela maioria dos membros.

§2º – Cada Conselheiro poderá intervir na discussão durante dez minutos improrrogáveis.

**Art. 36** – O Presidente da sessão, após declarar encerrada a discussão, tomará os votos dos conselheiros, que serão anotados pelo Secretário.

§1º – A despeito da existência de pronunciamentos ou propostas divergentes do parecer do relator, terá este precedência na ordem de votação.

§2º – Ao votar, o Conselheiro limitar-se-á a emitir sua declaração conclusiva sobre o ponto em votação, dispensadas as exposições de motivos.

§3º – Assegura-se ao Conselheiro votante o direito de efetuar declaração de voto por escrito, a qual será apresentada durante o transcurso da própria sessão.

§4º – Ao final, o Presidente da sessão proclamará o resultado e ditará a ementa da decisão ao Secretário.

§5º – O Presidente da sessão terá direito de voto, inclusive o de qualidade.

**Art. 37** – Qualquer Conselheiro poderá, a qualquer momento, pedir a palavra pela ordem, a fim de solicitar esclarecimentos ao relator.

**Art. 38** – Nenhum membro participante da sessão poderá intervir, provocando discussões paralelas.

§1º – O Plenário poderá decidir pelo julgamento de processo em regime de urgência, hipótese em que só poderá ser concedida vista na própria sessão.

§2º – Esgotado o prazo concedido para a concessão de vista, prosseguirão, normalmente, os trabalhos da reunião.

**Art. 39** – Todo Conselheiro goza do direito de requerer vista do processo, caso não se julgue habilitado a proferir o seu voto.

§ 1º - O pedido de vista só será concedido se a documentação relacionada com o assunto a ser votado não for encaminhada aos conselheiros com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à realização da sessão.

§ 2º - Concedida vista, os autos deverão ir a julgamento, na sessão seguinte, impreterivelmente.

**Art. 40** – A votação será simbólica ou nominal, pública ou secreta, na forma deste Regimento.



§1º – A votação simbólica se constituirá regra geral.

§2º – A votação nominal será tomada em decorrência de dúvidas ou a requerimento de algum Conselheiro.

§3º – A votação será secreta nos seguintes casos:

I – na elaboração das listas tríplexes para escolha de Reitor e Vice-Reitor (artigo 4º, inciso VI, do Regimento Geral).

II – para decisão sobre a destituição de Coordenador de *Campus* (artigo 4º, inciso VII, do Regimento Geral).

III – na análise de processo que trata da destituição do Reitor e do Vice-Reitor;

IV – quando o plenário julgá-la necessária.

**Art. 41** – Os recursos serão interpostos para o Conselho Universitário quando as decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão não observarem a legislação pertinente ao assunto.

**Art. 42** – Das decisões do Conselho Universitário caberá recurso ao Conselho Nacional de Educação, por estrita arguição de ilegalidade (artigo 5º do Regimento Geral).

**Art. 43** – As decisões do Conselho Universitário, à exceção da exigência de quórum especial, serão tomadas pela maioria simples de votos.

**Art. 44** – Quando secreta a votação, o Presidente da sessão providenciará o fornecimento de cédulas, organizará a recepção dos votos e presidirá a apuração.

**Art. 45** – O Conselheiro usará, em relação aos outros membros do Conselho Universitário, o tratamento de “Conselheiro” e, em relação ao Presidente do Conselho Universitário, a expressão “Presidente”, à exceção do Reitor, que será tratado como Magnífico Reitor.

**Art. 46** – Os apartes dependerão do consentimento do orador.

**Art. 47** – O Conselheiro, quando lhe couber a distribuição do processo e quando votar, deverá declarar os motivos de impedimento e incompatibilidade que o afastam da discussão e da votação.

**Art. 48** – Exclusivamente pelos votos de 2/3 (dois terços) do Conselho Universitário, poderá ser revisto, total ou parcialmente, o presente Regimento.

**Art. 49** – O presente Regimento entrará em vigor imediatamente após a sua aprovação pelo Conselho Universitário.

Palmas, 09 de junho de 2004.

Prof. Alan Barbiero  
Presidente

*ep.*